DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.ICN-2228/2014**
PROCESSO TC/MS	:	20099/2014
PROTOCOLO	:	1472217
ÓRGÃO	:	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO/MS
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	:	THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
CARGO DO ORDENADOR (A)	:	SECRETÁRIA ESTADUAL
ASSUNTO DO PROCESSO	:	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2014
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADO (A)	:	CIRUMED COMÉRCIO LTDA., COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLAREENSE LTDA., COMERCIAL ISOTOTAL LTDA. – ME, CREMER S.A. E MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2013
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	AQUISIÇÃO DE CORRELATOS HOSPITALARES.

EMENTA: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 1ª E 2ª FASES. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CORRELATOS HOSPITALARES. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO. PROCESSO REGULAR E LEGAL.

I – RELATÓRIO:

O processo em epígrafe se refere ao exame da 1ª e 2ª fases (procedimento licitatório e formalização) da Ata de Registro de Preços nº 009/2014 (peça 10), oriunda do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 089/2013, firmada pelo **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,** através da **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO/MS,** CNPJ/MF n° 02.940.523/0001-43, neste ato representada por sua Secretária, Sra. Thie Higuchi Viegas dos Santos, CPF/MF nº 013.567.559-68, tendo como fornecedores beneficiários do registro as empresas **CIRUMED COMÉRCIO LTDA., COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLAREENSE LTDA., COMERCIAL ISOTOTAL LTDA. – ME, CREMER S.A. e MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP**, conforme competência estabelecida pelo artigo 77, II, da

Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 21, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, artigos 9º, 120, I, "a", ambos do Regimento Interno TC/MS.

Como objeto, a presente ata visa estabelecer o registro formal de preços da Administração Pública Estadual para contratações futuras, na forma estabelecida no Decreto nº 11.759/04 para a aquisição de correlatos hospitalares.

Ocorreu à publicação da Ata em 29/01/2014 (peça 14) e a remessa dos documentos que constituem o processo se deu em 03/02/2014 (peça 01).

Em sua análise - ANA–2ICE–3303/2014 (peça 15), à 2ª Inspetoria de Controle Externo, se manifestou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 089/2013 e da formalização da Ata de Registro de Preços nº 009/2014, nos termos do artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 120, I, "a", e artigo 122, IV, I, "b", do Regimento Interno TC/MS, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de Dezembro de 2013.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados nos autos e por meio do parecer PAR–MPC-5186/2014 (peça 16), opinou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços respectiva, com fulcro no artigo 11, III, da Lei Complementar Estadual nº 148/2010, c/c o artigo 120, I, da Resolução Normativa supra.

Esta é a síntese dos fatos e documentos que constituem o processo.

Conclusos vieram os autos para a decisão.

Cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, Parágrafo único, II, "b" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013.

II - DO MÉRITO:

Com relação ao mérito, a questão repousa na apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 089/2013 e da formalização da Ata de Registro de Preços nº 009/2014.

Deve ser ressaltado, que a publicação da Ata de Registro de Preços na data já destacada, obedeceu integralmente o prazo estabelecido pelo Parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, o encaminhamento dos documentos que instruem o processo a esta Corte de Contas, observou o prazo quinzenal previsto na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011.

O procedimento licitatório seguiu rigorosamente os ditames legais, em consonância com as redações dos artigos 1º, 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº 10.520/02, artigo 37, XXI, da Constituição Federal/88, que consolidam a modalidade de Pregão, bem como o artigo 4º, do primeiro dispositivo mencionado, demonstrando estar correta a modalidade na forma em que foi empregada.

Da mesma forma, a Ata respeita os parâmetros legais estabelecidos pelo pacto firmado e encontra respaldo na legislação que o estabelece, ou seja, a redação do artigo 62 da Lei n° 8.666/93 e do artigo 32 da Lei nº 12.462/2011, caracterizando com clareza e precisão as condições para a sua perfeita formalização.

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 77, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 e artigo 171 do Regimento Interno TC/MS, acolho o parecer ministerial e passo a decidir.

III – DECIDO:

1 – Pela **REGULARIDADE e LEGALIDADE** do Procedimento Licitatório realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 089/2013 e da Formalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2014, firmada pelo **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,** através da **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO/MS,** CNPJ/MF n° 02.940.523/0001-43, neste ato representada por sua Secretária, Sra. Thie Higuchi Viegas dos Santos, CPF/MF nº 013.567.559-68, tendo como fornecedores beneficiários do registro as empresas **CIRUMED COMÉRCIO LTDA., COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLAREENSE LTDA., COMERCIAL ISOTOTAL LTDA. – ME, CREMER S.A. e MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – EPP;**

2 – Pelo retorno dos autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ICE, para o acompanhamento das contratações dele derivadas, com fundamento no artigo 84, Parágrafo único, II, "a", c/c o artigo 120, § 2º, do Regimento Interno TC/MS;

3 – Pela intimação do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 94 da Resolução Normativa nº 76/2013.

É a decisão.

Publique-se o julgamento na forma do artigo 65 da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 70, § 2º, do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 29 de Maio de 2014.

IRAN COELHO DAS NEVES
Conselheiro-Relator